

RTA-331-2018

**Cooperativa Central de Crédito do Estado
de São Paulo – Sicoob São Paulo**

**Demonstrações financeiras em 30 de junho de
2018 e de 2017 e o relatório dos auditores
independentes**

RTA-331-2018

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Ribeirão Preto SP, 15 de agosto de 2018.

À

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo
Ribeirão Preto SP

Atenção do Senhor **Henrique Castilhanos Vilares**
Presidente

Prezados Senhores:

Estamos encaminhando as demonstrações financeiras dos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Pedimos a gentileza de nos encaminhar a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente.

Moore Stephens Prisma Auditores e Consultores

Hélio Mazzi Júnior
Diretor

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Demonstrações financeiras dos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10
1 Contexto operacional.....	10
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis.	11
3 Composição do caixa e equivalentes de caixa	15
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	16
5 Títulos e valores mobiliários	17
6 Outros créditos	19
7 Outros valores e bens	19
8 Investimentos	20
9 Imobilizado de uso	21
10 Intangível.....	21
11 Depósitos	21
12 Relações interfinanceiras.....	22
13 Outras obrigações	24
14 Patrimônio líquido	26
15 Dispêndios administrativos.....	27
16 Outros ingressos operacionais.....	27
17 Outros dispêndios operacionais	28
18 Partes relacionadas.....	28
19 Instrumentos financeiros.....	31
20 Coobrigações e riscos em garantias prestadas	35
21 Seguros contratados	35
22 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos.....	32

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Aos cooperados e administradores da

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo
Ribeirão Preto SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, datado de 6 de setembro de 2017, sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 10 de agosto de 2018.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Hélio Mazzi Júnior
CRC 1SP189107/O-3

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>		<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo				Passivo			
Circulante		4.321.659	4.597.763	Circulante		4.456.388	4.622.900
Disponibilidades	3	24	27	Depósitos a prazo	11	4.300.491	4.450.497
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	4.213.885	4.355.607	Relações interfinanceiras	12	150.366	166.546
Títulos e valores mobiliários	5	106.923	241.869	Outras obrigações	13	5.531	5.857
Outros créditos	6	705	225				
Outros valores e bens	7	122	35	Não circulante			
				Exigível a longo prazo		12.873	13.424
Não circulante		404.913	286.451	Depósitos a prazo	11	215	700
Realizável a longo prazo				Outras obrigações	13	12.658	12.724
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	216	703				
Títulos e valores mobiliários	5	203.034	107.592	Patrimônio líquido	14	257.311	247.890
Outros créditos	6	4.237	4.096	Capital social		204.249	197.016
Outros valores e bens	7	1.517	1.517	Reserva legal		17.228	16.199
Investimentos	8	193.383	169.851	Reserva de contingência		22.254	20.882
Imobilizado de uso	9	2.522	2.685	Sobras acumuladas		13.580	13.793
Intangível	10	4	7				
Total do ativo		4.726.572	4.884.214	Total do passivo e patrimônio líquido		4.726.572	4.884.214

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ingressos de intermediação financeira		141.495	249.823
Operações de crédito		4	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	128.722	232.884
Títulos e valores mobiliários	5	12.769	16.939
Dispêndios de intermediação financeira		(134.343)	(242.909)
Operações de captação no mercado	11	(134.343)	(242.909)
Resultado bruto de intermediação financeira		7.152	6.914
Outros ingressos (dispêndios) operacionais		6.428	6.879
Dispêndios com pessoal		(2.297)	(1.921)
Dispêndios administrativos	15	(1.998)	(1.487)
Dispêndios de depreciação e amortização		(119)	(106)
Resultado de participação societária	8	12.424	10.082
Outros ingressos operacionais	16	886	2.922
Outros dispêndios operacionais	17	(2.468)	(2.611)
Resultado operacional		13.580	13.793
Sobra líquida do semestre		13.580	13.793

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de sobras		Sobras acumuladas	Total
		Reserva legal	Reserva de contingência		
Em 1º de janeiro de 2017	195.816	16.199	20.882	9.062	241.959
Deliberações da Assembleia Geral Ordinária					
Distribuição de sobras	-	-	-	(9.062)	(9.062)
Integralizações de capital	1.200	-	-	-	1.200
Sobra líquida do semestre	-	-	-	13.793	13.793
Em 30 de junho de 2017	197.016	16.199	20.882	13.793	247.890
					-
Em 1º de janeiro de 2018	198.695	17.228	22.254	4.115	242.292
Deliberações da Assembleia Geral Ordinária					
Aumento de capital com sobras	4.115	-	-	(4.115)	-
Integralizações de capital	1.439	-	-	-	1.439
Sobra líquida do semestre	-	-	-	13.580	13.580
Em 30 de junho de 2018	204.249	17.228	22.254	13.580	257.311

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho

Em milhares de reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	275.150	572.369
Sobra ajustada do semestre:	1.281	3.817
Sobra líquida do semestre	13.580	13.793
Depreciação e amortização	119	106
Residual de baixas do ativo imobilizado	6	
Resultado de participação em controlada	(12.424)	(10.082)
Variações nos ativos:	223.035	467.746
Aplicações interfinanceiras de liquidez	231.526	505.991
Títulos e valores mobiliários	(10.969)	(38.386)
Outros ativos	2.478	141
Variações nos passivos:	50.834	100.806
Depósitos	42.066	80.193
Relações interfinanceiras	8.988	21.142
Outras obrigações	(220)	(529)
Fluxos de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(3.621)	(2.909)
Aumento em investimentos	(19.830)	(17.915)
Dividendos recebidos	16.233	15.249
Aquisição de imobilizado de uso	(24)	(243)
Fluxos de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	1.439	(7.862)
Distribuição de sobras	-	(9.062)
Integralizações de capital	1.439	1.200
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	272.968	561.598
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	3.928.292	3.159.870
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre (nota 3)	4.201.260	3.721.468

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo é uma sociedade cooperativa que tem por objetivo à organização em comum, e em maior escala, dos serviços econômicos e assistenciais de interesse de suas associadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução dos seus objetivos.

Sediada em Ribeirão Preto – SP, sua área de atuação abrange todo o Estado de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro e ao território de suas filiadas.

Tem sua constituição e o funcionamento regulamentado pela Resolução n.º 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional.

Está integrada à Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB Confederação e é uma das acionistas majoritárias do Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB, tendo controle compartilhado sobre o mesmo (nota 18 a).

A Resolução CMN nº 4.151 de 30 de outubro de 2012 e a Circular nº 3.669 de 2 de outubro de 2013, requerem a apresentação de demonstrações financeiras combinadas para as cooperativas centrais de crédito a partir de junho de 2013, caso estas optem pela divulgação de tais informações. As demonstrações financeiras combinadas da cooperativa central de crédito serão apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras combinadas do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - SICOOB.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento (CPC 00 (R1), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25 27 e 33 (R1)).

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Cooperativa de continuar operando. Assim, as demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa e foram aprovadas em 10 de agosto de 2018.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos semestres apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1 Apuração das sobras

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários livres, de curto prazo e alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento. As aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários são avaliadas pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço (nota 3).

b.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

A Circular BACEN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

b.5 Investimentos

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Cooperativa tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Cooperativa nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração das sobras e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Cooperativa. Quando a participação da Cooperativa nas perdas de uma controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do

investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Cooperativa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

b.6 Imobilizado de uso

Edificações, instalações, móveis e equipamentos de uso, veículos e sistemas de comunicação, de processamento de dados e segurança, são demonstrados pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na nota 9. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registrados em Receitas não operacionais, líquidas.

b.7 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

b.8 Redução ao valor recuperável de ativos

Os investimentos, o imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment).

b.9 Depósitos à prazo e centralização financeira

Os depósitos a prazo e a centralização financeira são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os depósitos a prazo pós-fixados e a centralização financeira são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). Os depósitos pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar.

b.10 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

b.11 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

b.12 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pelas administrações das cooperativas do Sistema quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. As administrações das cooperativas do Sistema revisam periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.13 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante.

Em 30 de junho de 2018, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 134.729. Já o realizável a longo prazo supera o exigível a longo prazo em R\$ 196.131. Assim, o ativo total, excluído o permanente, supera o passivo total em R\$ 61.402. A Administração da Cooperativa, em análise dos ativos e passivos, entende que não há risco de liquidez.

b.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10% quando for o caso, e para a contribuição social - 17%. A sobra apurada em operações realizadas com cooperados é isenta de tributação.

b.15 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3 Composição do caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e os títulos e valores mobiliários são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução nº 3.604/2008 do BACEN (nota b.3).

Descrição	2018	2017
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	24	27
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	4.144.100	3.645.091
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	57.136	76.350
	4.201.260	3.721.468

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Modalidade	2018			2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Compromissada BANCOOB	50.218	-	50.218	30.616	-	30.616
CDI – Pós-fixada	4.163.667	216	4.163.883	4.324.991	703	4.325.694
	4.213.885	216	4.214.101	4.355.607	703	4.356.310

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificado de Depósito Interbancário – CDI e em Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT, efetuadas no BANCOOB (nota 18 a), com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI e 100% da SELIC respectivamente. Parte do saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez encontra-se bloqueado pelo BANCOOB, para cumprir acordo de compensação de operações de crédito rural das cooperativas associadas (R\$ 70.001 em 2018 e R\$ 711.219 em 2017).

Em 30 de junho de 2018 as aplicações interfinanceiras de liquidez classificadas no Realizável a longo prazo têm sua realização prevista a partir do segundo semestre de 2019 (2017 - a partir do segundo semestre de 2018), como segue:

Descrição	2018	2017
2018	-	271
2019	216	202
2020	-	230
	216	703

Foi registrado no resultado do primeiro semestre de 2018, em ingressos da intermediação financeira – aplicações interfinanceiras de liquidez, rendimentos no montante de R\$ 128.722 (R\$ 232.884 em 2017).

5 Títulos e valores mobiliários

Modalidade	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	49.787	159.656	209.443	165.519	71.316	236.835
Certificados Tesouro Nacional – ECTN (ii)	-	43.378	43.378	-	36.276	36.276
Fundo Centralização Financeira (nota 3) (iii)	55.230	-	55.230	74.576	-	74.576
Fundo Renda Fixa (nota 3)	1.906	-	1.906	1.774	-	1.774
	106.923	203.034	309.957	241.869	107.592	349.461

(i) Referem-se a títulos do Tesouro Nacional atualizados pela taxa Selic, considerando o valor, prazo e época da aplicação, cuja remuneração é de, aproximadamente, 100% da taxa Selic.

(ii) Referem-se a títulos do Tesouro Nacional relativos às renegociações de operações de créditos assumidas de cooperativas associadas, com valor de face equivalente ao valor da dívida, atualizados a taxa de 12% ao ano mais IGP-M, devidamente registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, cujos vencimentos serão em 2020.

(iii) Referem-se a aplicações no BANCOOB originadas de excedentes de caixa da conta movimento da Sicoob São Paulo e remuneradas por, aproximadamente, 95% do CDI.

Os demais títulos e valores mobiliários possuem remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Em 30 de junho de 2018, os títulos e valores mobiliários classificados no não circulante têm sua realização prevista a partir do primeiro semestre de 2020 (2017 - prevista a partir do segundo semestre de 2018), como segue:

Descrição	2018	2017
2018	-	4.460
2019	-	41.902
2020	<u>203.034</u>	<u>61.230</u>
	<u>203.034</u>	<u>107.592</u>

Foi registrado no resultado do primeiro semestre de 2018, em ingressos da intermediação financeira - títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R\$ 12.769 (R\$ 16.939 em 2017).

6 Outros créditos

Descrição	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamentos a funcionários	100	-	100	90	-	90
Depósitos judiciais (i)	-	4.237	4.237	-	4.096	4.096
Devedores diversos	605	-	605	135	-	135
	705	4.237	4.942	225	4.096	4.321

(i) Refere-se substancialmente a depósitos judiciais para o COFINS, atualizados até 30 de junho de 2018 pela taxa SELIC (nota 13 (ii)).

7 Outros valores e bens

Descrição	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Bens não de uso próprio – imóvel (i)	-	1.517	1.517	-	1.517	1.517
Despesas antecipadas	122	-	122	35	-	35
	122	1.517	1.639	35	1.517	1.552

(i) Refere-se a imóveis recebidos de cooperativa ex-associada em dação de pagamento de dívidas decorrentes de operações de crédito.

8 Investimentos

Descrição	2018	2017
Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB	164.244	141.139
Confederação Nacional das Cooperativas Sicoob Ltda. - SICOOB Confederação	28.912	28.485
Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito – CONFEBRÁS	1	1
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa- CNAC	214	214
Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. - SICOOB Corretora	12	12
	193.383	169.851

O quadro abaixo apresenta a movimentação dos investimentos nos semestres:

	BANCOOB	SICOOB Confederação	Confedbrás	CNAC	SICOOB Corretora	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	131.058	25.832	1	200	12	157.103
Recebimento de dividendos	(15.249)	-	-	-	-	(15.249)
Resultado de equivalência patrimonial	10.082	-	-	-	-	10.082
Aumento de investimentos	15.248	2.653	-	14	-	17.915
Saldos em 30 de junho de 2017	141.139	28.485	1	214	12	169.851
Saldos em 1º de janeiro de 2018	148.650	28.485	1	214	12	177.362
Recebimento de dividendos	(16.233)	-	-	-	-	(16.233)
Resultado de equivalência patrimonial	12.424	-	-	-	-	12.424
Aumento de investimentos	19.403	427	-	-	-	19.830
Saldos em 30 de junho de 2018	164.244	28.912	1	214	12	193.383

9 Imobilizado de uso

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2018	2017
				Líquido	Líquido
Edificações	4%	2.500	(474)	2.026	2.126
Instalações	10%	19	(3)	16	4
Móveis e equipamentos de uso	10%	373	(142)	231	249
Sistema de comunicação	10%	61	(27)	34	24
Sistema de processamento de dados	20%	577	(482)	95	139
Veículos	20%	151	(38)	113	143
Imobilizações em curso	-	7	-	7	-
		3.688	(1.166)	2.522	2.685

10 Intangível

Descrição	Taxa amortização	Custo	Amortização acumulada	2018	2017
				Líquido	Líquido
Licença de uso	10%	40	(36)	4	7
Softwares	50%	81	(81)	-	-
		121	(117)	4	7

11 Depósitos à prazo

a Composição do saldo

Descrição	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Depósitos	4.300.491	215	4.300.706	4.450.497	700	4.451.197

Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. Abaixo a composição por prazo de vencimento:

Vencimento em dias	2018	2017
Até 30 dias	4.230.239	3.746.846
De 31 a 60 dias	-	6.849
De 61 a 90 dias	1.695	5.528
De 91 a 180 dias	6.204	120.769
De 181 a 360 dias	62.353	570.505
Acima 360 dias	215	700
	4.300.706	4.451.197

b Concentração de depósitos a prazo

	2018		2017	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	1.930.809	45	2.136.399	48
Dois maiores depositantes	2.432.541	57	2.678.752	60
Dez maiores depositantes	3.986.576	93	4.182.085	94

No primeiro semestre de 2018, foram registrados R\$ 134.343 (R\$ 242.909 em 2017) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo.

12 Relações interfinanceiras

a Composição do saldo

Descrição	2018	2017
Centralização financeira de cooperativas	150.366	166.546

A circular nº 3.238, de 17 de maio de 2004, emitida pelo Banco Central do Brasil, criou, no plano contábil das instituições financeiras – COSIF, desdobramentos de subgrupos e títulos contábeis a serem utilizados pelas cooperativas na contabilização dos valores oriundos do ato cooperativo denominado centralização financeira, cuja premissa é de registrar a transferência das sobras de caixa das cooperativas singulares para o Sicoob São Paulo.

b Concentração da centralização financeira

	2018		2017	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	26.128	17	25.863	16
Dois maiores depositantes	46.514	31	46.978	28
Dez maiores depositantes	130.479	87	135.305	81

13 Outras obrigações

Descrição	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Sociais e Estatutárias:						
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	4.376	-	4.376	5.003	-	5.003
Cotas de capital a pagar	198	397	595	198	595	793
	<u>4.574</u>	<u>397</u>	<u>4.971</u>	<u>5.201</u>	<u>595</u>	<u>5.796</u>
Fiscais e Previdenciárias:						
Impostos e contribuições a recolher	129	-	129	113	-	113
Provisões tributárias (ii)	-	12.261	12.261	-	11.929	11.929
Provisões trabalhistas e cíveis (iii)	-	-	-	-	200	200
	<u>129</u>	<u>12.261</u>	<u>12.390</u>	<u>113</u>	<u>12.129</u>	<u>12.242</u>
Diversas:						
Provisão de férias, 13º salário e encargos	671	-	671	454	-	454
Outras	157	-	157	89	-	89
	<u>828</u>	<u>-</u>	<u>828</u>	<u>543</u>	<u>-</u>	<u>543</u>
	<u>5.531</u>	<u>12.658</u>	<u>18.189</u>	<u>5.857</u>	<u>12.724</u>	<u>18.581</u>

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 14 c).

(ii) A Cooperativa está discutindo na esfera administrativa, autuações da Secretaria da Receita Federal referentes à incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, sobre os rendimentos financeiros obtidos das aplicações financeiras, e também quanto à majoração da alíquota da COFINS, para as quais possui parcialmente

depósitos judiciais de R\$ 4.237 em 30 de junho de 2018 (2017 – R\$ 4.050). O período de apuração das autuações é de janeiro de 1999 a dezembro de 2002. Os saldos dos depósitos judiciais são corrigidos monetariamente. Os assessores jurídicos da Cooperativa, com base no mérito e nas provas, entendem que toda movimentação financeira da cooperativa de crédito constituiu ato cooperativo, de modo que não há base de incidência dos tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Cabe observar que há decisões judiciais favoráveis a outras cooperativas de crédito, em processos similares, em relação a COFINS e ao PIS, assim como, decisões favoráveis, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais “CARF”, quanto a não incidência do IRPJ e CSLL em sociedades cooperativas. Embora o cenário jurídico seja favorável à Cooperativa, os entendimentos jurídicos e por parte da Receita Federal do Brasil, ainda não foram pacificados. Portanto, em 30 de junho de 2018, a administração da Cooperativa optou em manter a provisão para contingências dos valores atualizados dos autos de infração de R\$ 12.261 (2017 – R\$ 11.929), julgadas suficientes para cobrir eventuais perdas das ações em trâmite com exceção do processo referente ao auto de infração da CSLL.

(iii) Em 30 de junho de 2017, a administração optou pela constituição de provisão para contingências no montante de R\$ 200. Em 30 de junho de 2017, a Cooperativa mantinha depósitos judiciais parciais em relação a esses processos judiciais, no montante de R\$ 46. Durante o segundo semestre de 2017, a Cooperativa teve ação judicial de natureza trabalhista julgada como favorável ao reclamante, com pagamento mediante recursos depositados judicialmente no montante de R\$ 46. Em virtude do desfecho do processo, a Cooperativa reverteu a provisão ora constituída no montante de R\$ 200.

Conforme os assessores jurídicos da Cooperativa, não há outros processos que indicam perda provável ou possível em 30 de junho de 2018.

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

14 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social é representado por cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Cada cooperativa singular associada tem direito a um voto, independente do número de suas cotas na Cooperativa, exceto aquelas impedidas por desacordo estatutário.

Em 30 de junho de 2018 e 2017, a Cooperativa contava com 16 associadas.

No primeiro semestre de 2018, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 5.554, com recursos provenientes da destinação das sobras do exercício de 2017 (R\$ 4.115) e com aporte de capital das cooperativas singulares associadas (R\$ 1.439 e R\$ 1.200 no primeiro semestre de 2017).

O capital social da Cooperativa é de R\$ 204.249 e de R\$ 197.016 em 30 de junho de 2018 e de 2017, respectivamente.

b Reserva de sobras

b.1. Reserva legal

Tem como finalidade reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, o percentual de destinação das sobras é de 15%.

b.2. Reserva de contingência

Constituída em montante equivalente a 20% das sobras do exercício. O Fundo de Contingência ou Liquidez é indivisível entre as cooperativas singulares associadas e é destinado para cobertura de perdas decorrentes das atividades operacionais e não operacionais não previstas no orçamento anual.

c Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES

Possui a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 13 (i)). O percentual de destinação do FATES é de 5%.

d Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social da Cooperativa, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

As destinações estatutárias e legais e a destinação das sobras dos exercícios sociais de 2017 e de 2016 foram aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 26 de abril de 2018 e 28 de abril de 2017, respectivamente.

15 Dispêndios administrativos

Descrição	2018	2017
Processamento de dados	(32)	(43)
Propaganda, publicidade, promoções, seguros	(943)	(401)
Serviços técnicos especializados	(39)	(1)
Vigilância e segurança	(140)	(139)
Despesas de comunicações	(44)	(44)
Outras despesas administrativas	(800)	(859)
	(1.998)	(1.487)

16 Outros ingressos operacionais

Descrição	2018	2017
Distribuição de sobras do Sicoob Confederação (nota 8)	427	2.653
Atualização monetária de depósito judicial	106	105
Dividendos recebidos da Sicoob Corretora	-	83
Comissões recebidas da Sicoob Corretora	-	5
Centro de Serviços Compartilhados – CSC	316	-
Reembolsos Programa SIPAG	26	-
Remuneração do capital social junto a CNAC (nota 8)	-	14
Recuperação de encargos e despesas	11	62
	886	2.922

17 Outros dispêndios operacionais

Descrição	2018	2017
Correção provisões passivas	(106)	(222)
Contribuição ao Fundo de Tecnologia da Informação (i)	(2.292)	(2.324)
Outros dispêndios operacionais	(70)	(65)
	(2.468)	(2.611)

(i) Referem-se à arrecadação mensal das cooperativas filiadas que utilizam o Sistema Sisbr, tendo como base o número de transações realizadas no mesmo. São destinadas ao Fundo para Investimentos do SICOOB, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária do SICOOB Confederação de 9 de dezembro de 2015. Os recursos financeiros arrecadados são destinados ao pagamento de investimentos em tecnologia elegíveis a integrar o ativo imobilizado e o ativo intangível do SICOOB Confederação. O prazo de duração do Fundo é indeterminado e sua liquidação deverá ser deliberada por Assembleia Geral.

18 Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim descritas nos semestres:

a BANCOOB

O BANCOOB é um banco comercial privado especializado no atendimento às cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao SICOOB Confederação. A Cooperativa mantém saldos de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários junto ao BANCOOB, nos termos que estariam disponíveis para terceiros.

Conforme acordo de acionistas majoritários e controladores do BANCOOB, celebrado em 6 de dezembro de 2011 e 1º Termo Aditivo ao acordo de acionistas majoritários celebrado em 10 de fevereiro de 2015, o Sicoob São Paulo, junto a outras 6 cooperativas centrais de crédito (detentoras de 72,37% das ações ordinárias do BANCOOB), controlam em conjunto o BANCOOB e se comprometem a votar em bloco, de forma uniforme e permanente, em todas as matérias de competência da Assembleia (Geral e Especial), eleger a maioria dos administradores e usar efetivamente seu poder de controle comum para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos do BANCOOB.

Descrição	2018	2017
Principais saldos:		
Ativo		
Circulante		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	4.213.885	4.355.607
Títulos e valores mobiliários	55.230	74.576
Realizável a longo prazo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	216	703
Investimentos (nota 8)	164.244	141.139
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	128.722	232.884
Títulos e valores mobiliários	1.688	2.791
Resultado de participação em controlada (nota 8)	12.424	10.082

b SICOOB Confederação

O SICOOB Confederação é uma cooperativa de terceiro grau, segundo a legislação cooperativista e, como instituição, possui personalidade jurídica própria. Foi constituída pelas cooperativas centrais do Sistema - Centrais Sicoob e possui a finalidade de defender os interesses das cooperativas representadas, ofertar serviços, promover a padronização, supervisão e integração operacional, financeira, normativa e tecnológica.

Descrição	2018	2017
Principais saldos:		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos (nota 8)	28.912	28.485
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Outros ingressos operacionais (nota 16)	427	2.653
Dispêndios		
Rateios de dispêndios do SICOOB Confederação (i)	(404)	(493)
Contribuição ao Fundo de Tecnologia da Informação (nota 17)	(2.292)	(2.324)

- (i) Em 14 de dezembro de 2016, o SICOOB Confederação através da Resolução 179, instituiu a Política de Rateio de Despesas do SICOOB Confederação, com início de vigência para 1º de janeiro de 2017. De acordo com a política, as despesas a serem rateadas são classificadas em:
- a) tecnologia: contemplam as despesas de depreciação e amortização, despesas com pessoal, processamentos de dados, pessoal terceirizado, comunicação, serviços técnicos, segurança e outras despesas; b) demais áreas: contemplam as despesas de depreciação e amortização, despesas com pessoal, administrativas, alugueis e condomínios, comunicação, serviços técnicos e outras despesas.

c Cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau

O Sicoob São Paulo possui transações com partes relacionadas, compreendendo as cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau, cujo objeto social é o de proporcionar assistência financeira aos associados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias das cooperativas de crédito. São 16 cooperativas singulares filiadas ao Sicoob São Paulo. As cooperativas de crédito singulares do Sicoob São Paulo são instituições financeiras resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos específicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e, portanto, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da cooperativa e também seus donos.

Descrição	2018	2017
Principais saldos:		
Passivo		
Circulante		
Depósitos a prazo (nota 11)	4.300.491	4.450.497
Relações interfinanceiras (nota 12)	150.366	166.546
Não circulante		
Depósitos a prazo (nota 11)	215	700
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Centro de Serviços Compartilhados - CSC (nota 16)	316	-
Dispêndios		
Dispêndios com depósitos a prazo (nota 11)	(129.964)	(236.044)
Dispêndios de depósitos intercooperativos (nota 11)	(4.379)	(6.865)

d Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. – SICOOB Corretora

A Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. - SICOOB Corretora é uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelas cooperativas centrais do Sistema – Sicoob. Possui a finalidade de prestar serviços de administração e corretagens de seguros em geral, bem como, serviços afins e correlatos.

Descrição	2018	2017
Principais saldos:		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos (nota 8)	12	12
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Outros ingressos operacionais (nota 16)	-	88

e Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no primeiro semestre de 2018, montaram a R\$ 235 (2017 - R\$ 220).

19 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, depósitos à prazo e relações interfinanceiras.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos semestres.

20 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo SICOOB Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital. A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do SICOOB Confederação e a estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob. Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

a Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação. Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

b Riscos de mercado e de liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

c Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

d Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (SICOOB Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

e Risco socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

f Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. O SICOOB Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem. São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD). Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

21 Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 30 de junho de 2018 e 2017, a Cooperativa não é avalista de suas associadas em transações junto ao BANCOOB.

22 Seguros contratados

Em 30 de junho de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados à garantia de veículos de propriedade da Cooperativa e seguro empresarial para cobrir eventuais sinistros relacionados ao imóvel no qual a Cooperativa está instalada.

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante máximo da cobertura
Veículos	Colisão, incêndio, roubo, danos materiais, corporais, morte e invalidez	145
Imóvel	Incêndio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos e outros	3.057

*** fim ***